



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

100  
P

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0303944-5

AGRAVANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH/PE

PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO

AGRAVADO : HELENITA TIMÓTEO DE LIMA

ADVOGADO : JOSÉ CARLOMAN DE SOUZA PRAZERES OAB/PE 17020

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRATAMENTO MÉDICO. TRATAMENTO DIALÍTICO CONTÍNUO. PLANO DE SAÚDE. SASSEPE. CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. AGRAVO DESPROVIDO DE FORMA UNÂNIME.

1. Trata-se de situação jurídica baseada na relação que a autora mantém com o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - SASSEPE. Sendo assim, cumpre ao Estado, através desse sistema, o fornecimento do tratamento requestado.

2. A pretensão da autora beneficiária encontra-se amparada por um conjunto probatório capaz de confirmar a existência dos requisitos indispensáveis ao seu deferimento: (a) existência de enfermidade; (b) necessidade do tratamento dialítico; (c) condição de hipossuficiência, razão pela qual se afiguram presentes todos os requisitos indispensáveis à formação do juízo de convencimento do MM Juízo da 8ª Vara Fazendária.

3. Ainda que se reconheça que o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, no escopo de conservar a higidez de suas finanças, detém liberdade para afastar do âmbito de sua cobertura determinadas espécies de despesas, é imperioso observar que, na hipótese dos autos, em confronto com os interesses econômicos do sistema de assistência, estão interesses superiores da agravada, quais sejam, seu direito à vida e à saúde.

4. Médico auditor do SASSEPE não é o único capaz de emitir relatório ou avaliação médica sobre as enfermidades da beneficiária. Não há razão suficiente para julgar que o médico especialista particular não seja competente para realizar o mesmo procedimento.

5. Pela natureza do contrato em tela, que tem por finalidade precípua prestação de serviço que visa à manutenção da vida e do bem estar do usuário, real beneficiário do SASSEPE, é evidente que à luz do que reza o Código do Consumidor e à vista das garantias que lhes são inerentes, é incontroverso que deve se dar, sempre, uma interpretação mais favorável ao consumidor, usuário do plano de saúde.

6. À unanimidade, negado provimento ao recurso de agravo.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

101  
w

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, negar provimento ao presente agravo, mantendo incólume a decisão monocrática do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 08.10.2013  
*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

102  
W

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0303944-5

AGRAVANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH/PE

PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO

AGRAVADO : HELENITA TIMÓTEO DE LIMA

ADVOGADO : JOSÉ CARLOMAN DE SOUZA PRAZERES OAB/PE 17020

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, negou seguimento ao agravo de instrumento ajuizado pelo Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco - IRH/PE em face de decisão interlocutória proferida pelo MM. Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

A decisão monocrática desta relatoria manteve incólumes os termos da decisão de primeiro grau por meio da qual se determinou a responsabilidade do SASSEPE pelas custas do internamento da agravada (portadora de insuficiência renal, hipertensão, cardiopata e pneumopata) em instituição com capacidade de assistência médica e de enfermagem, com acesso a tratamento dialítico contínuo, tudo conforme solicitado no laudo médico à fls. 35/36.

O IRH/PE interpôs o presente recurso de agravo, arguindo: (i) que o SASSEPE consiste em um sistema de adesão voluntária, que conta basicamente com os recursos dos próprios servidores participantes para o seu custeio; (ii) que a amplitude da cobertura oferecida pelo sistema aos seus beneficiários dependem de disponibilidade financeira; (iii) o sistema não dispõe de recursos financeiros para o atendimento dos mais diversos tratamentos; (iv) o tratamento indicado é baseado em laudo particular e não por médico auditor do SASSEPE; (v) a multa fixada para o caso de atraso no cumprimento da decisão é totalmente desproporcional à obrigação imposta.

Assim, não satisfeito com a decisão monocrática de fls. 75/83, o Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco - IRH/PE requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o que, de relevo, se tem a relatar.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

103  
OK

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 08.10.2013

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

104  
R

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0303944-5

AGRAVANTE : INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS - IRH/PE  
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO  
AGRAVADO : HELENITA TIMÓTEO DE LIMA  
ADVOGADO : JOSÉ CARLOMAN DE SOUZA PRAZERES OAB/PE 17020  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

No caso em espécie, cuido estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório da tutela de mérito, de sorte que, afigura-me escorreita a decisão, ora agravada. Explico.

O cerne da questão em apreço reside na discussão acerca do alcance da assistência médica a ser fornecida pela parte ré. Argumenta a autora que o tratamento recomendado à sua enfermidade foi prescrito por profissional de saúde especializado que lhe assiste.

Compulsando os autos, verifica-se que a autora é beneficiária do SASSEPE - Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, tendo esse sistema como função a cobertura de despesas dos serviços de atendimento médico-hospitalar, bem como os atos necessários ao diagnóstico e tratamento, prestados aos seus beneficiários.

É sabido que diante da necessidade do fornecimento de tratamento essencial à saúde do cidadão, o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao pleno exercício do direito a saúde.

No caso em análise, trata-se de situação jurídica baseada na relação que a autora mantém com o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - SASSEPE. Sendo assim, cumpre ao Estado, através desse sistema, o fornecimento do tratamento requestado.

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SAÚDE. ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO. DECISÃO



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

105  
a

TERMINATIVA. TRATAMENTO MÉDICO HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SASSEPE. LUCENTIS. PRESCRIÇÃO MÉDICA. POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO.1. É cediço que, naqueles casos em que comprovada a necessidade do fornecimento de medicamento ou tratamento essencial à saúde do cidadão, cumpre ao Estado prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde.2. Ainda que o fundamento da relação jurídica seja o vínculo que os autores/agravantes mantêm com o SASSEPE, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos seus Servidores, o fornecimento do medicamento/tratamento pleiteado.3. Mesmo nos casos em que não há contraprestação, cabe ao Estado, consoante entendimento consolidado neste Tribunal, o fornecimento de medicamento/tratamento perseguido, tanto que, acerca do tema, foi aprovado enunciado sumular (Súmula 18 do TJPE), máxime no caso em apreço, em que a beneficiária contribui mês a mês para a manutenção do SASSEPE, com vistas, obviamente, à obtenção de contraprestação necessária e suficiente, no momento em que precisa.4. É entendimento consolidado nesta Câmara de Direito Público que a amplitude da cobertura ofertada pelo SASSEPE não deve ser minorada ao alvedrio da Administração, mediante argumentos genéricos e indicativos de carência de recursos.5. Assim, mesmo que o SASSEPE esteja atrelado a um regime jurídico diverso dos seguros-saúde de direito privado, encontra-se, pela própria natureza do serviço prestado, obrigado à contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos da parte agravante não podem se sobrepor ao direito à saúde da parte agravada.[...]9. Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator. (96354020128170000 PE 0015184-31.2012.8.17.0000, Relator: Antenor Cardoso Soares Junior, Data de Julgamento: 20/12/2012, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 02)

É certo que o direito à saúde está inserido no seleto rol dos direitos fundamentais sociais (v. art. 6, CF), compondo ainda o grupo de direitos que preveem o mínimo existencial para o ser humano.

Na hipótese, verifico que a pretensão da autora beneficiária encontra-se amparada por um conjunto probatório capaz de confirmar a existência dos requisitos indispensáveis ao seu deferimento: (a) existência de enfermidade; (b) necessidade do tratamento dialítico; (c) condição de hipossuficiência, razão pela qual se afiguram presentes todos os requisitos indispensáveis à formação do juízo de convencimento do MM Juízo da 8ª Vara Fazendária.

Ainda que se reconheça que o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE, no escopo de conservar a higidez de suas finanças, detém liberdade para afastar do âmbito de sua cobertura



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

determinadas espécies de despesas, é imperioso observar que, na hipótese dos autos, em confronto com os interesses econômicos do sistema de assistência, estão interesses superiores da agravada, quais sejam, seu direito à vida e à saúde.

A propósito, a matéria posta à apreciação não é nova no âmbito do Judiciário. O entendimento deste e. Tribunal de Justiça está assim assentado:

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CUSTEIO DE TRATAMENTO DE SAÚDE. HOME CARE. SASSEPE. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. POR UNANIMIDADE.1.O pleito enseja obrigação de fazer, no sentido de fornecer o tratamento no regime home care com todos os recursos necessários. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada.2.O autor, na qualidade de dependente de funcionário público estadual, é beneficiário do SASSEPE – Sistema de Assistência a Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco, sendo este sistema destinado à cobertura de despesas decorrentes de atendimento médico-hospitalar, bem como aos atos necessários para o tratamento dos seus beneficiários.3.O pleito é no sentido de que sejam fornecidos os medicamentos necessários, materiais descartáveis e alimentação industrializada a paciente com o seguinte quadro clínico: traqueostomizado, dependente do Bipap, com sonda nasoenteral, alimentação industrializada, afásico, consciente e hemiplegia direita, totalmente dependente para suas atividades de vida diária e medicamentosa, necessitando de cuidados médicos e de enfermagem permanente, bem como de tratamento fisioterápico motor e respiratório diários e fonoterapia.4.Verifica-se, pois, o risco de lesão irreparável ou de difícil reparação a justificar a concessão da antecipação de tutela, devidamente concedida pelo juízo a quo e confirmada na sentença.5.Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.6.Constituição196CF6.O dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida, localizado no caput do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.5ºCF 7.Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.8.A unanimidade de votos, NEGOU-SE PROVIMENTO do



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

107  
R

presente recurso, mantendo-se os termos da decisão monocrática. (2768972 PE 0013102-27.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 26/07/2012, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 138)

DIREITO CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. NEGATIVA DE CUSTEIO DE TRATAMENTO MÉDICO PELO SASSEPE. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. ART. 196 DA CF/88. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA UNÂNIME.196CF/881.Conquanto se reconheça que o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – SASSEPE, no intuito de manter a higidez de suas finanças, detém liberdade para afastar do âmbito de sua cobertura algumas espécies de despesas, faz-se mister verificar que, na presente hipótese, em confronto com os interesses econômicos do agravante, estão interesses superiores do agravado, quais sejam, seu direito à saúde e à vida.2.Logo, o fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de garantir a todos os cidadãos, mormente os mais carentes, o direito constitucionalmente assegurado à manutenção da saúde (art. 196), consequência indissociável do direito à vida, justifica a imposição ao ente público da obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso, conforme orientação jurisprudencial uníssona do STJ.3.Outrossim, registre-se que não há violação à separação dos poderes quando o Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade.4.Recurso de Agravo Improvido sem discrepância de votos. (59182020128170000 PE 0007164-51.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 03/05/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 86/2012)

Ainda, não merece proteção a alegação da ausência de avaliação e perícia por médico auditor do SASSEPE, pois, em observância ao princípio da legalidade, não há norma no ordenamento jurídico que estabeleça seja o documento firmado por médico integrante de órgão público, vinculado ao sistema público de saúde.

Médico auditor do SASSEPE não é o único capaz de emitir relatório ou avaliação médica sobre as enfermidades da beneficiária. Não há razão suficiente para julgar que o médico especialista particular não seja competente para realizar o mesmo procedimento.

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. BEVACIZUMAB. DIREITO UNIVERSAL À SAÚDE. AVALIAÇÃO POR MÉDICO PARTICULAR. CABIMENTO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE E. TRIBUNAL E NO STJ. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

108

IMPROVIDO.1. O objeto da presente lide resume-se em saber se há dever do Sassepe(IRH/PE) fornecer Injeção intra vítrea de BEVACIZUMAB ao autor.2. A matéria dos autos já foi estafantemente discutida neste Tribunal, o qual se posiciona pelo fornecimento do medicamento solicitado pelo autor.3. Não deve prosperar a alegação de que o médico auditor do SASSEPE seja o único competente para emitir um laudo médico, pois o médico particular especialista que acompanha o paciente, é, presumidamente, tão competente quanto aquele para a emissão do dito laudo. 5- Recurso de Agravo IMPROVIDO por unanimidade. (2632193 PE 0015650-25.2012.8.17.0000, Relator: Erik de Sousa Dantas Simões, Data de Julgamento: 25/09/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 183)

Inferre-se, pela documentação acostada aos autos, que a autora contribui com o plano de saúde mensalmente, haja vista os descontos em sua folha de pagamento. Ademais, em instituindo o Sistema de Assistência dos Servidores Públicos - SASSEPE, o Estado de Pernambuco tem por escopo a promoção da saúde em relação aos seus servidores e beneficiários de forma universalizada e eficiente.

Portanto, pela natureza do contrato em tela, que tem por finalidade precípua prestação de serviço que visa à manutenção da vida e do bem estar do usuário, real beneficiário do SASSEPE, é evidente que à luz do que reza o Código do Consumidor e à vista das garantias que lhes são inerentes, é incontroverso que deve se dar uma interpretação mais favorável ao consumidor, usuário do plano de saúde.

Nestes escorreitos termos, entendo que a decisão proferida por esta relatoria deve, a toda evidência, ser mantida.

Forte nisso, reafirmando o meu posicionamento, VOTO para que o presente AGRAVO LEGAL seja DESPROVIDO, mantendo-se a decisão monocrática pelos seus próprios fundamentos.

É como voto

Recife, 08.10.2013

Jorge Américo Pereira de Lira  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator